

## Devolução do psicodiagnóstico para contextos institucionais: um relato de experiência

*Feedback of psychodiagnosis to institutional contexts: an experience report*

**Fabiano da Silva Ciochetta<sup>1</sup>, Paula Neves Portugal<sup>2</sup> e Denise Balem Yates<sup>3</sup>**

**Resumo:** Este estudo tem por objetivo relatar a experiência da equipe de um serviço-escola de avaliação psicológica referente à devolução dos resultados do psicodiagnóstico de dois pacientes, de sete e dez anos de idade, para duas instituições: um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e uma escola. Durante as entrevistas de devolução, foi possível o contato com assistentes sociais, psicólogos, professores e gestores educacionais, garantindo uma troca interdisciplinar de saberes e buscando as melhores intervenções para cada caso. Os resultados dessa experiência podem ser traduzidos na forma de estratégias e resoluções práticas que foram pensadas e implementadas conjuntamente com outras equipes para garantir atendimento educativo, assistencial e psicossocial para os pacientes e seus familiares. Também foi possível pensar novas maneiras de expandir o processo típico de devolução, ampliando a técnica de entrevista devolutiva do psicodiagnóstico e favorecendo a completa comunicação dos resultados. Ressalta-se os aspectos éticos que devem ser considerados nas experiências de devolução a outras equipes que acompanham os pacientes.

Palavras-chave: Psicodiagnóstico; Entrevista de devolução; Avaliação psicológica.

**Abstract:** This study intends to report the experience of a school psychology service regarding the feedback of the results of the psychodiagnosis aimed at two institutions: a Social Assistance Reference Center and a school. The patients aged seven and ten years old and were previously evaluated by the school psychology service team. Over the feedback interview, the contact with social workers, psychologists, teachers and educational managers ensured an interdisciplinary exchange of knowledge and targeted the best interventions for each case. The results of this experience can be translated into practical strategies and resolutions that were designed and implemented by the school psychology service alongside other teams to guarantee educational, assistance and psychosocial care for patients and their families. It was also possible to think of new ways to expand the typical devolution process, expand the psychodiagnostic feedback interview technique and favor complete communication of results. The ethical aspects that psychology teams should consider in these experiences are highlighted.

Keywords: Psychodiagnostic; Feedback interview; Psychological assessment.

<sup>1</sup> Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestrando e integrante do Grupo de Estudos, Aplicação e Pesquisa em Avaliação Psicológica (GEAPAP). E-mail: fabianociochetta@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: paulanport@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Psicóloga do Centro de Avaliação Psicológica (CAP) da UFRGS. E-mail: denise.yates@ufrgs.br

---

## O psicodiagnóstico: uma avaliação psicológica clínica

Compreende-se a avaliação psicológica como um processo amplo e estruturado de investigação que procura realizar o exame dos diversos fenômenos relacionados ao campo psicológico. Para realizar tal avaliação, o psicólogo pode fazer uso de diversas técnicas, instrumentos e métodos a fim de obter subsídios para tomada de decisões no nível individual, grupal ou institucional (Noronha, 2022). Trata-se de uma prática exclusiva do psicólogo que requer do mesmo aporte teórico e metodológico específico a fim de selecionar técnicas e instrumentos capazes de produzir inferências válidas sobre o funcionamento psicológico (Schneider et al., 2020). Destaca-se, ainda, o recentemente reconhecimento pelo Conselho Federal de Psicologia da avaliação psicológica como uma especialidade da profissão (CFP, 2019).

Chama-se de psicodiagnóstico o processo de avaliação realizado com propósitos clínicos, visando a um diagnóstico psicológico (descritivo e/ou psicodinâmico) e tendo como base uma orientação teórico-conceitual. Tem como características sua limitação no tempo, o uso de técnicas e/ou testes e a coleta de informações para a tomada de decisões com base na situação avaliada (Krug et al., 2016). No psicodiagnóstico, o paciente busca a avaliação espontaneamente ou por meio de encaminhamento em decorrência de uma demanda sobre seu funcionamento cognitivo, afetivo ou ambos. Durante o processo, então, o avaliador levanta hipóteses para identificar e avaliar aspectos específicos. Ao final do processo, em uma entrevista de devolução oral e por meio de um documento proveniente dessa avaliação, o laudo psicológico, o avaliador comunica os resultados encontrados, podendo também indicar um prognóstico possível e fazer encaminhamentos terapêuticos se necessário (Cunha, 2001).

### A entrevista devolutiva no psicodiagnóstico

A entrevista devolutiva constitui o processo final do processo psicodiagnóstico, na qual são discutidos com o paciente os resultados, as conclusões e as possíveis indicações e/ou encaminhamentos necessários. As indicações terapêuticas decorrentes de uma avaliação clínica podem ser, por exemplo, psicoterapia individual, acompanhamento psiquiátrico, fonoterapia, atendimento psicopedagógico, dentre outras (Rodrigues et al., 2022). De acordo com a Resolução CFP Nº 06/2019, esse momento final de encerramento constitui-se como prática obrigatória que o profissional deve realizar após o psicodiagnóstico (CFP, 2019).

A devolução verbal das informações do psicodiagnóstico tem o papel de propiciar um espaço de construção conjunta entre o profissional, o avaliando e seus familiares. Tem-se como objetivo criar uma rede de significados baseada nas informações referentes aos contextos intrapsíquico, psicodinâmico, relacional e social vivenciados pelo paciente (Albornoz, 2016). Além de sintetizar os resultados da avaliação, é importante que nesse momento de devolutiva o psicólogo consiga proporcionar um espaço para o acolhimento de dúvidas e expectativas do avaliando após o processo avaliativo.

No psicodiagnóstico de crianças e adolescentes, as demandas advêm deles próprios, de seus familiares e de outras pessoas envolvidas em suas vidas, como professores e médicos. Dessa forma, existem, necessariamente, duas entrevistas devolutivas básicas: uma com a criança/adolescente e outra com os pais ou responsáveis legais. No entanto, diferentes contextos de devolução exigem abordagens diferenciadas. Alguns fatores, como número

de entrevistas devolutivas que devem ser realizadas e na presença de quais pessoas, devem ser decididos pelo profissional em conjunto com o avaliando e seus familiares (Albornoz, 2016). A partir das particularidades de cada caso, pode-se pensar em outras formas de devolução que ultrapassam o modelo tradicional da entrevista destinada ao paciente e seus familiares (Fantini, 2022; Nobre & Vieira, 2019).

Demandas (como vulnerabilidade social da família ou escolas que não compreendem a condição do aluno, por exemplo) oriundas da experiência prática dos serviços e profissionais que trabalham com psicodiagnóstico exigem o contato do psicólogo com outras equipes de trabalho, profissionais e instituições. Esse contato ocorre em razão da necessidade de coleta de informações adicionais sobre o caso, resolução conjunta de dificuldades práticas e elaboração coletiva de estratégias interventivas em benefício do paciente. Considerando que o trabalho do psicólogo deve se basear numa perspectiva interdisciplinar (CFP, 2019), pode-se pensar, portanto, que a atuação da psicologia com outras áreas, como educação e assistência social, tem muito a ganhar a partir da contribuição de saberes, trocas e práticas de cada especialidade.

Contudo, experiências decorrentes de devolução dos resultados em outros contextos (para outras instituições e/ou equipes, por exemplo), quando realizadas, não costumam ser relatadas. Uma pesquisa documental realizada a partir da análise de prontuários de um serviço-escola de psicologia encontrou registros dos estagiários sobre o contato do serviço com escolas em decorrência dos casos avaliados (Veríssimo & Serralha, 2020), demonstrando ser frequente a necessidade de contato dos profissionais com essas instituições. Apesar disso, observa-se na literatura uma lacuna no relato de experiências devolutivas em contextos institucionais realizadas pelos serviços de avaliação psicológica.

Diante da escassez do tema, o presente artigo propõe-se a apresentar a devolução dos resultados do psicodiagnóstico para duas instituições como forma de executar a completa conclusão do processo avaliativo e favorecer a interlocução de saberes da psicologia com outras áreas. Assim, este estudo objetiva relatar a experiência da equipe de um serviço-escola de avaliação psicológica referente a devolução dos resultados do psicodiagnóstico para um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e uma escola.

### Método

Trata-se de um relato de experiência, configurando-se como um estudo descritivo de natureza qualitativa. Será discutida a experiência da equipe de um serviço-escola (incluindo psicólogos e estagiários) acerca da devolução dos resultados do psicodiagnóstico para um CRAS e uma escola. Na época da devolução, essas instituições ofereciam atendimento socioassistencial e educacional aos pacientes atendidos no serviço-escola. De forma complementar, os laudos psicológicos dos pacientes foram consultados a fim de organizar e sintetizar as principais informações características referentes a cada caso.

Os responsáveis pelos pacientes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) autorizando o uso dos dados para pesquisas realizadas no serviço-escola. Este projeto está aprovado e devidamente registrado na Plataforma Brasil pelo Certificado de Apresentação para Apreciação Ética [informação suprimida para não identificar o(s) autor(es)]. Antes das devoluções feitas às instituições, recorreu-se à autorização dos responsáveis legais dos pacientes.

---

Em relação aos locais, o CRAS no qual foi realizada a devolução fica localizado em um bairro de classe média baixa da cidade de Porto Alegre. O Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) é uma unidade de proteção social básica que compõem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo como finalidade ofertar serviços socioassistenciais que garantam a proteção e a segurança das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e o fortalecimento dos vínculos familiares (Brasil, 2009). A escola na qual ocorreu a devolução é uma instituição pública estadual de Ensino Fundamental localizada num bairro de alto nível socioeconômico da cidade de Porto Alegre.

## Descrição dos casos

Os pacientes referentes a cada caso eram dois meninos de sete e dez anos de idade, oriundos de escolas públicas da cidade de Porto Alegre e região metropolitana. Ambos cursavam o Ensino Fundamental (EF). A seguir, será apresentada uma breve descrição de cada caso a fim de caracterizá-los. Essas informações foram extraídas dos laudos resultantes do psicodiagnóstico. A fim de preservar a identidade dos participantes e garantir o caráter ético da pesquisa, os nomes adotados serão fictícios.

### Caso 1

Bruno tinha sete anos na época da avaliação e cursava o 1º ano do EF. Foi encaminhado para avaliação psicológica por um psiquiatra em razão de seu comportamento agitado, prejuízo no relacionamento social com pares e baixa habilidade de comunicação. Os resultados da avaliação indicaram uma suspeita de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Após a avaliação, o serviço-escola encaminhou o menino para avaliação e acompanhamento psiquiátrico, neurológico e fonoaudiológico. Sugeriu-se acompanhamento escolar especializado e/ou acompanhamento psicopedagógico com foco no treinamento das habilidades de funções executivas, atenção, controle dos impulsos. Além disso, sugeriram-se atividades extracurriculares para estimular as interações sociais do menino. Realizou-se a devolução da avaliação com a mãe e com o próprio paciente. Além do laudo psicológico entregue à família, também foi enviada uma síntese do laudo à escola de Bruno.

### Caso 2

Mateus era um menino de dez anos de idade que cursava o 5º ano do EF. A mãe do paciente buscou espontaneamente o serviço-escola em razão de o filho apresentar dificuldades gerais de aprendizagem, sintomas de desatenção e comportamento infantilizado para seu nível de desenvolvimento. Os resultados do psicodiagnóstico, entre outros, indicaram uma suspeita de Transtorno Específico de Aprendizagem em leitura e escrita (Dislexia e Disgrafia). Encaminhou-se Mateus para psicoterapia, avaliação fonoaudiológica, intervenção específica para leitura e programa de orientação a práticas parentais. Também sugeriu-se a manutenção do acompanhamento na sala de recursos da escola. Realizou-se a devolução da avaliação com a mãe e com o próprio paciente. Além do laudo psicológico entregue à família, também foi enviada uma síntese do laudo à escola de Mateus.

## Resultados das devoluções

### Devolução com o CRAS

No caso de Bruno, considerou-se a devolução com o CRAS necessária em decorrência do padrão de disfuncionalidade familiar e fragilidade dos vínculos afetivos observados. Havia um certo distanciamento por parte do pai, que não demonstrava participação ativa nos cuidados do filho. Além disso, a mãe começou a demonstrar, a partir dos seus relatos, alguns possíveis sintomas depressivos, os quais pareciam influenciar seu envolvimento nos cuidados diários com o filho.

Mesmo com o diagnóstico de TEA, os resultados da avaliação de Bruno haviam sugerido um prognóstico favorável se o paciente recebesse estimulação em ambientes escolar e familiar, bem como por meio de intervenções especializadas. Assim, outro propósito de realizar tal devolução foi tentar garantir que a equipe do CRAS (que já acompanhava o paciente e sua família) também pudesse engajar e orientar os pais no atendimento e cuidado que o filho iria necessitar sendo portador de TEA, bem como inseri-los em serviços de apoio à vulnerabilidade social e atendimento de saúde mental à mãe.

A psicóloga (servidora técnica) e a estagiária responsável pelo caso foram até o local após agendamento prévio com a instituição. No dia do encontro, a equipe do CRAS (psicólogas e assistente social) pediu para seguirem normalmente a própria rotina de reunião semanal da instituição. Habitualmente, nas reuniões, a equipe realizava a discussão conjunta dos casos que estavam sendo atendidos. No dia da devolução, iniciou-se pelo caso de Bruno. Todos os profissionais que tinham alguma ligação com o paciente sentaram-se em círculo, fornecendo informações sobre Bruno.

Ainda durante o momento de devolução, primeiramente a equipe do CRAS relatou o histórico de acompanhamento do paciente na rede de saúde pública e comentou suas impressões sobre a família. Havia um acompanhamento prévio não apenas do paciente, mas também da família, por outras questões de vulnerabilidade social. Depois, a equipe do serviço-escola relatou os resultados da avaliação e as indicações terapêuticas. As profissionais pediram auxílio ao CRAS para encaminhar a mãe para acompanhamento por motivos de cuidado à saúde mental. Enfatizaram, também, a necessidade de auxiliar a família a acolher o diagnóstico do paciente e sobre as questões de disfuncionalidade no ambiente familiar.

Durante toda a discussão, foi dada maior ênfase às necessidades terapêuticas do paciente do que ao diagnóstico em si. Como a família encontrava-se em condições de vulnerabilidade social, não havia a possibilidade de buscar serviços privados para o tratamento do TEA. Nesse caso, foi também salientado que o Bruno precisava de atendimento continuado pela rede pública de saúde, articulando-se estratégias de busca do atendimento.

Quanto às resoluções práticas, foram discutidos quais atendimentos seriam mais benéficos e factíveis tendo em vista as condições da família. As duas equipes tentaram articular uma discussão conjunta, ponderando sobre as melhores estratégias. Assim, as propostas acordadas foram: visita domiciliar, inserção da família em acompanhamento PAIF (Proteção e Atenção Integral às Famílias), atendimento de psicossocial semanal à mãe e inserção do paciente no SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos). Além disso, também foi sugerido a realização de perícia para o paciente obter o BPC (Benefício de Prestação Continuada) – assistência garantida aos portadores de deficiência (incluindo indivíduos com TEA) de acordo com as leis nº 8.742 (1993) e nº 12.764 (2012).

---

## Devolução com a escola

A devolução do caso de Mateus ocorreu com a equipe pedagógica de uma escola estadual em razão das dificuldades que a instituição tinha em adaptar o ensino ao aluno, desconhecendo suas potencialidades e reais limitações cognitivas. Mateus tinha um ensino diferenciado na escola, sendo-lhe oferecidas atividades mais simples do que as esperadas para sua faixa etária e escolaridade, como pintura, desenho, caça-palavras e recorte. A professora de Mateus relatava ele recebia atividades diferenciadas porque não conseguia acompanhar os demais colegas nas atividades propostas e, assim, acabava interferindo no andamento da aula. Após a conclusão do psicodiagnóstico, tendo em vista o desempenho cognitivo geral do paciente, observou-se que o menino apresentava algumas habilidades cognitivas preservadas, indicando potencial para a aprendizagem – mediante adaptações pedagógicas. Em razão desse achado, a equipe pensou ser necessário um encontro com os representantes da escola a fim de explicar as potencialidades de aprendizagem do menino e pensar conjuntamente as melhores estratégias para seu caso.

Compareceram à escola duas psicólogas supervisoras e o estagiário responsável pela avaliação. Eles se encontraram com a diretora, a coordenadora pedagógica e a professora de Mateus. Durante o momento de conversa entre os profissionais, levou-se em consideração a demanda da instituição em saber mais a respeito das características cognitivas do aluno e de como trabalhar com suas dificuldades e potencialidades. As profissionais da escola detalharam o histórico de dificuldades de Mateus ao longo do período escolar. Percebeu-se também que elas ainda tinham dúvidas sobre os resultados da avaliação cognitiva, apesar da leitura da síntese do laudo. Dessa forma, foram esclarecidas tais dúvidas quanto aos resultados do laudo, especialmente aqueles relacionados a termos mais técnicos (“funções neuropsicológicas”, por exemplo).

Em vista dos resultados da avaliação, ambas as equipes chegaram a um consenso de que não havia mais necessidade das atividades de pintura, desenho e recorte direcionadas ao aluno. Ainda que a criança apresentasse dificuldades, estas poderiam ser compensadas se abordadas a partir de um plano curricular adaptado. As psicólogas supervisoras e o estagiário sugeriram modelos de tarefas que poderiam ser implementadas, levando em consideração o perfil de dificuldades e potencialidades de Mateus. Assim, a professora comunicou que iria experimentar propor novas atividades em sala de aula e monitorar seu progresso.

## Discussão

A devolução é parte importante do processo psicodiagnóstico, sendo nesse momento que os resultados da avaliação serão integrados com a história do paciente e comunicados os achados, bem como indicações terapêuticas e prognóstico (Albornoz, 2016). De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2019), a devolução precisa ocorrer por meio de um documento escrito, o laudo, em uma entrevista devolutiva. A literatura já vem apontando que uma devolução oral para o paciente e seus responsáveis ajuda na compreensão dos achados e possibilita prevenir interpretações errôneas decorrentes da leitura do documento (Nobre & Vieira, 2019). O presente estudo percebeu, ainda, que a melhor compreensão dos resultados por parte de outros profissionais que atendem o paciente ocorre quando há uma devolução oral também para esses serviços, como CRAS e escola, exemplos deste estudo.

Nas entrevistas de devolução, pôde-se perceber que, mesmo após a leitura do laudo, alguns profissionais ainda tinham dúvidas sobre certos achados do psicodiagnóstico, as quais puderam ser esclarecidas na visita aos locais. Os resultados mal compreendidos referiam-se a termos e conceitos específicos que diferiam do universo de estudo dos profissionais. Nesse sentido, deve-se pensar na importância da clareza das informações escritas no laudo, considerando que quem as lerá nem sempre é da mesma área de conhecimento que o avaliador (CFP, 2003). Contudo, mesmo com uma escrita clara e acessível no laudo, é possível que ainda restem dúvidas ou interpretações equivocadas dos resultados ali apresentados. Dessa forma, um momento de devolução oral com os outros serviços e profissionais possibilita esses esclarecimentos, bem como um momento de troca e discussão acerca dos resultados, encaminhamentos e estratégias de intervenção, possibilitando um melhor prognóstico ao paciente (Castan & Brentano, 2017).

Durante a devolução feita com a escola, as psicólogas e o estagiário perceberam aquela oportunidade como um momento de mútuo compartilhamento de percepções que ambas as equipes tinham sobre a criança. A equipe da escola, por sua vez, mostrou-se receptiva e aberta ao diálogo na tentativa de buscar uma solução conjunta para superar as dificuldades de aprendizagem de Mateus. Sem os resultados da avaliação, não seria possível descobrir o real potencial cognitivo do paciente, assim como suas principais dificuldades.

A partir de uma queixa escolar, torna-se importante também investigar os contextos nos quais uma criança está inserida (Veríssimo & Serralha, 2020), bem como a forma como esse ambiente opera na manutenção de seus problemas e dificuldades. No caso de Mateus, as atividades que lhe eram oferecidas na escola (recorte, pintura, desenhos) o mantinham numa situação de “conforto”, não aproveitando suas reais capacidades cognitivas e impedindo seu desenvolvimento potencial. Portanto, cada vez mais observa-se o trabalho do psicólogo voltado às relações escolares, ao ambiente pedagógico e aos diversos agentes escolares, em detrimento do tradicional atendimento clínico individual que foi preconizado por muitos anos (Cavalcante & Aquino, 2019).

No campo da atenção em saúde, o trabalho interdisciplinar constitui uma construção conjunta, direcionado o trabalho para uma prática clínica focada no indivíduo, na família e na comunidade (Medeiros et al., 2022). Para as equipes que trabalham no campo das políticas públicas de assistência social, o momento considerado mais propício para a interlocução de saberes é durante a discussão de casos (Jorge & Pontes, 2017). Durante a devolução com o CRAS, os profissionais do serviço-escola presente na devolução perceberam que encontravam-se naquele espaço fazendo parte da rede que acompanhava o paciente e sua família – representando a integração dos profissionais da psicologia àquele ambiente.

Ressalta-se que um dos principais compromissos do CRAS é lutar pela reversibilidade dos quadros de vulnerabilidade social e promover a emancipação social, favorecendo a independência dos indivíduos nos processos de cidadania (CFP, 2008). Em razão do quadro de vulnerabilidade da família de Bruno, um dos objetivos de se realizar a devolução com o CRAS foi buscar amparo social junto à equipe para a família do paciente. Tal iniciativa vai ao encontro do preceito de que a atuação do psicólogo deve se basear numa postura ética e reflexiva em favor dos direitos humanos, adotando uma percepção crítica diante das demandas das diversidades individuais, grupais e institucionais (CFP, 2019).

---

A partir da devolução com o CRAS, notaram-se os desafios envolvidos na avaliação psicológica de indivíduos em contextos de vulnerabilidade. Crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade são aquelas mais expostas a fatores e condições de risco para desfechos negativos nas esferas física, cognitiva ou socioemocional (Besutti et al., 2020). Bruno era uma criança que vivia em um contexto com inúmeros fatores de risco que o colocavam em uma posição de vulnerabilidade aumentada: diagnóstico de transtorno do neurodesenvolvimento (TEA), possível quadro de psicopatologia materna, responsividade parental reduzida, baixo nível socioeconômico e vínculos familiares fragilizados. Nesse sentido, foi imprescindível a articulação da equipe com o CRAS, acionando os serviços de psicossociais e assistenciais que pudessem beneficiar o paciente e sua família.

Apesar de escassos, alguns estudos também têm destacado a importância de outras formas de devolução. Fantini (2022), por exemplo, relata a experiência de uma entrevista devolutiva de um psicodiagnóstico interventivo desenvolvido em grupo, no ambiente de um serviço-escola. A equipe do serviço realizou quatro devoluções parciais e uma final para um grupo de 4 famílias monoparentais femininas. Já Nobre e Viera (2019) descrevem a experiência de um serviço-escola no qual os estagiários elaboram um material no formato de livro de história infantil para usar durante a entrevista devolutiva realizada com a criança. Ao final, a criança recebe o livro para levar para casa e ler quando quiser,

Uma vez que os estagiários também participaram das devoluções, destaca-se a importância do treinamento das habilidades durante o ensino e supervisão em avaliação psicológica (Giordani et al., 2022), sobretudo as competências para a realização de entrevistas devolutivas e o contato com outros profissionais. Professores e supervisores clínicos de estágios devem destacar as principais habilidades esperadas para um bom entrevistador, dentre elas: estabelecimento de *rapport*, escuta ativa, interesse genuíno, empatia, linguagem acessível, evitação da sugestibilidade, aprofundamento do relato do paciente e habilidades de formular perguntas eficazes (Scorsolini-Comin, 2020). Ainda, durante a entrevista devolutiva, faz-se necessária as habilidades de clareza para a comunicação dos resultados, adaptação da linguagem ao nível de compreensão de quem está recebendo a devolutiva e sensibilidade para as possíveis dúvidas que o paciente (ou equipes profissionais) possa manifestar em relação aos resultados da avaliação.

Esta experiência também levantou reflexões éticas importantes envolvidas na devolução dos resultados às instituições. O artigo 6º do Código de ética profissional do psicólogo ressalta que é responsabilidade do psicólogo compartilhar com profissionais de outras áreas somente informações que sejam relevantes para qualificação do serviço prestado, respeitando a confidencialidade das informações (CFP, 2005). Também é destacado que no compartilhamento dos resultados da prestação de serviços psicológicos seja transmitido apenas o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário. Assim, um cuidado da equipe foi decidir somente compartilhar as informações pertinentes e importantes de cada caso de modo a salvaguardar as diretrizes éticas da profissão e manter o compromisso de confiança estabelecido com as famílias participantes da avaliação.

## Considerações finais

Os resultados dessa experiência podem ser traduzidos na forma de estratégias e resoluções práticas que foram pensadas e implementadas conjuntamente com outras equipes para garantir atendimento educativo, assistencial e psicossocial para os pacientes e seus familiares. Além disso, essa experiência também favoreceu a aproximação da equipe de psicologia com outros profissionais, possibilitando um trabalho interdisciplinar e promovendo a troca de conhecimentos entre psicólogos, estagiários, assistentes sociais, professores e gestores educacionais.

Para profissionais que trabalham com psicodiagnóstico de indivíduos em situações de vulnerabilidade (como os serviços-escola), torna-se essencial o diálogo e a articulação com outros serviços e instituições que possam auxiliar tais pacientes. Essa experiência também possibilitou pensar novas maneiras de expandir o processo típico de devolução dos resultados, ampliando a técnica de entrevista devolutiva do psicodiagnóstico. Atenta-se para os cuidados necessários no compartilhamento das informações com outras equipes, de forma a preservar as informações dos pacientes e atender às diretrizes éticas da profissão. Por fim, encoraja-se a realização de novos relatos sobre devoluções institucionais que possam preencher essa lacuna e mais conhecimento seja agregado ao campo do psicodiagnóstico.

## Referências

- Albornoz, A. C. (2016). Devolução das informações do psicodiagnóstico. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira, C. Trentini, & J. S. Krug (Orgs.), *Psicodiagnóstico* (pp. 160-171). Artmed.
- Andrada, P. C., Dugnani, L. A. C., Petroni, A. P., & Souza, V. L. T. (2019). Atuação de psicólogas(os) na escola: Enfrentando desafios na proposição de práticas críticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003187342>
- Besutti, J., Anjos, L. S. S., Krindges, C. A., & Hohendorff, J. von. (2020). Avaliação psicológica com crianças e adolescentes em situações de risco. In J. C. Borsa (Org.), *Avaliação psicológica aplicada a contextos de vulnerabilidade psicossocial*. Vetor Editora.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009). *Orientações técnicas centro de referência de assistência social – CRAS*. [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_Cras.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf)
- Castan, J. U., & Brentano, V. (2017). Psicodiagnóstico na Unidade de Internação Psiquiátrica de um hospital universitário: Descrição da demanda de 2015. *Revista da SBPH*, 20(1), 195-208. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-08582017000100012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582017000100012)
- Cavalcante, L. A., & Aquino, F. S. B. (2019). Práticas favorecedoras ao contexto escolar: Discutindo formação e atuação de psicólogos escolares. *Psico-USF*, 24, 119-130. <https://doi.org/10.1590/1413-82712019240110>
- Conselho Federal de Psicologia. (2003). Resolução CFP Nº 007/2003. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP o 17/2002. [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/203/06/resolucao2003\\_7.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/203/06/resolucao2003_7.pdf)
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de ética profissional do psicólogo*. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>

- 
- Conselho Federal de Psicologia (2008). *Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Conselho Federal de Psicologia <http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2008-crepo-p-cras-suas.pdf>
- Conselho Federal em Psicologia (2019). Resolução CFP Nº 06/2019. Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP nº 15/1996, a Resolução CFP nº 07/2003 e a Resolução CFP nº 04/2019. [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/69440957/do1-2019-04-01-resolucao-n-6-de-29-de-marco-de-2019-69440920](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/69440957/do1-2019-04-01-resolucao-n-6-de-29-de-marco-de-2019-69440920)
- Conselho Federal em Psicologia (2019). Resolução CFP Nº 18/2019. Reconhece a Avaliação Psicológica como especialidade da Psicologia e altera a Resolução CFP nº 13, de 14 de setembro de 2007, que institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia.
- Cunha, J. A. (2001). *Psicodiagnóstico – V. Artes Médicas*.
- Fantini, M. N. A. (2020). *Esperança e hospitalidade: A entrevista devolutiva em grupo no contexto da clínica-escola* [Tese de doutorado]. Universidade de São Paulo.
- Giordani, J. P., Cattani, B. C., Yates, D. B., & Trentini, C. M. (2022). Ensino e supervisão de avaliação psicológica na graduação. In T. Q. Irigaray, D. M. Schütz, M. Farina, M. B. Yates, M. P. Lima, & V. Gonzatti (Orgs.), *Avaliação psicológica no contexto contemporâneo*. Editora da PUCRS.
- Jorge, E. M., & Pontes, R. N. (2017). A Interdisciplinaridade e o serviço social: Estudo das relações entre profissões/Interdisciplinarity and social work: Study of relations between professions. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 16(1), 175-187. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2017.1.26444>
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (2012). Institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista; e altera o § 3º do art. 98 da lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União, seção 1, 28 dez. 2012. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm)
- Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (1993). Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, 08 dez. 1993. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm)
- Nobre, T. L., & Vieira, M. P. (2019). Relato de uma experiência de estágio em psicodiagnóstico com crianças provenientes de famílias de baixa renda. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 27(2), 39-44. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-32692019000200007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-32692019000200007)
- Noronha, A. P. P. (2022). O que temos a dizer da avaliação psicológica brasileira? In J. C. Borsa, M. R. C. Lins, & H. L. R. S. Rosa (Orgs.), *Dicionário de avaliação psicológica*. Vetor Editora.
- Rodrigues, G. R., Marasca, A. R., Yates, D. B., & Bandeira, D. R. (2022). Follow-up em avaliação psicológica em uma amostra de serviço-escola. *Interação em Psicologia*, 26(1), Art. 1. <https://doi.org/10.5380/riep.v26i1.72054>
- Schneider, A. M. A., Marasca, A. R., Dobrovolski, T. A. T., Müller, C. M., & Bandeira, D. R. (2020). Planejamento do processo de avaliação psicológica: Implicações para a prática e para a formação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003214089>
- Scorsolini-Comin, F. (2020). *Técnicas de entrevista: Método, planejamento e aplicações*. Vetor Editora.
- Verissimo, L. P., & Serralha, C. A. (2020). As queixas escolares no serviço-escola: Evolução dos casos. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 11(3), 29-51. <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/38384>